



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA NO DIA 26 DE
SETEMBRO DE 2003: -----**

----- Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e três, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Ex.mo. sr. Luis Filipe da Cruz Barreto, em substituição do Ex.º sr. Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, secretariado pelos Exm.ºs. Srs. Dr. Luis Miguel Domingues Mingatos, servindo de 1.º secretário e João Luis dos Santos Marques de Pinho, servindo de 2.º secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exm.ºs. srs. Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Narciso Patrão António, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Pedro Nunes, Manuel Ferreira Inocência, Prof. Luis Manuel de Jesus Lourenço, Prof.ª Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Manuel Rocha Marques Castelhana, Prof.ª Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel, António Aquiles Ribeiro Cainé e Carlos Alberto dos Santos Milheirão.-----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aditado pelo art.º 2.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos senhores deputados Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, Eng.º Tony de Jesus Ventura, Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro, prof. Ramiro Távora da Cruz Acena, Ricardo Jorge da Mota Rocha Diniz, Dr. Luis Manuel Neves Rocha e Mário de Jesus Manata. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram catorze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças anteriormente referidas, à excepção do sr. deputado Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, que integrou o plenário cerca das 15:30 horas, já depois de ter sido feita a chamada.-----

**----- APROVAÇÃO DAS ACTAS DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2003 E
EXTRAORDINÁRIA DE 21 DE JULHO DE 2003: -----**



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, foram postas à discussão do plenário as actas da sessão ordinária, realizada em 30 de Junho e extraordinária de 21 de Julho do corrente ano, tendo-se verificado o seguinte: relativamente à acta da sessão ordinária de 30 de Junho de 2003, foi a mesma **aprovada por maioria**, com uma abstenção do sr. deputado Dr. Luis Manuel Domingues Mingatos, por não ter participado nos trabalhos da respectiva sessão; no que respeita à acta da sessão extraordinária de 21 de Julho de 2003, foram apresentadas as seguintes correcções, pelo sr. deputado Eng.º Carlos Monteiro: na página 6, no segundo parágrafo, onde consta “...relatório financeiro...”, deve constar “... relatório técnico...” e no tocante à votação, constante da página sete, deve referir que os votos a favor não foram apenas dos senhores deputados do PSD mas também dos senhores deputados Eng.º Carlos Monteiro, Prof.ª Elzita Seixas e Dr.ª Ana Maria Baião, deputados do Partido Socialista. Postas à votação as correcções sugeridas, foram as mesmas **aprovadas por unanimidade**. Por fim, posta à votação a acta da sessão extraordinária de 21 de Julho de 2003, com as correcções já introduzidas, foi a mesma **aprovada por maioria**, com duas abstenções dos senhores deputados Dr. José Manuel Balugas e Prof.ª Maria Arminda Pimentel, por terem estado ausentes da citada sessão. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- Previamente inscrito para usar da palavra, interveio o deputado Dr. José Manuel Balugas, para manifestar a sua estranheza pelo desinteresse patente naquela sessão, traduzido na ausência de um número significativo de elementos, a começar pelo sr. Presidente da Câmara, o qual, disse, tem vindo a primar pela ausência às sessões do Órgão Deliberativo, o que achava uma falta de respeito e todos deveriam repensar o desinteresse ali bem visível. -----

----- Seguiu-se a intervenção do sr. Deputado Dr. Rocha Castelhana que lembrou, uma vez mais, a problemática do ambiente, das limpezas, cursos de água, saneamento, etc., começando por referir que a ETAR da Praia de Mira, desde o dia 5 de Setembro que não estava a tratar qualquer esgoto da Praia de Mira e da Fábrica dos Maçaricos, saindo a Norte da Praia de Mira por um ladrão, correndo livremente, sem nenhum tratamento. Disse que só um dos motores estava a funcionar e já tinha alertado o sr. Vice-Presidente da Câmara para tal facto e que os peixes estavam a morrer e a população da Barra a sofrer.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Lamentou que a limpeza das valas do concelho continuasse por fazer, nomeadamente, o Canal de Mira, a limpeza até à Vagueira reconhecendo, no entanto, que tal papel não caberia à Câmara mas sim ao Ministério do Ambiente mas, todavia, a representante do Povo era a Câmara e esta tinha que pressionar e alertar as entidades competentes para que o problema fosse resolvido, antes das próximas cheias, o que levaria a que se viessem pedir contas à Câmara que até poderia estar sujeita a uma moção de censura, porque as coisas não tinham sofrido qualquer alteração e estavam ainda piores do que nos anos anteriores.

----- Interveio o sr. Pedro Nunes que começou por se congratular com a visita a Mira do sr. Governador Civil que tinha trazido ao concelho representantes do Poder Central, abrindo algumas portas, tendo sido de lamentar que o representante do Ministério do Ambiente não tivesse estado presente; que, a visita tinha sido extremamente positiva, sobretudo pelo número de técnicos e responsáveis políticos que tinha trazido; que, nunca era de mais exigir aquilo a que se tem direito; que, tinha gostado particularmente da forma como o sr. Governador Civil tinha conduzido os trabalhos, permitindo uma grande ligação pelos presentes e permitindo que fossem expostas as preocupações que a todos mais afligiam. Reportou-se, de seguida, ao trabalho desempenhado durante a época balnear pelos elementos da GNR, designadamente pelo reforço dos efectivos existentes, considerando que tinha havido excesso de zelo, uma vez que não os viu no auxílio do trânsito, quer na Praia de Mira quer nos acessos à Praia do Poço da Cruz, antes pelo contrário, tinha-se constatado que os mesmos apenas se preocupavam com emissão de multas; que, tinha acontecido uma experiência bastante desagradável, aquando da realização do festival de folclore, a 19 de Agosto, na Praia de Mira, em que os autocarros que tinham feito o transporte dos grupos folclóricos visitantes, em número de quatro, tinham programado uma visita ao museu etnográfico e para que os mesmos pudessem parar junto ao referido museu tinham tido alguma dificuldade em parar para descarregarem as pessoas, uma vez que a GNR tinha ido logo em cima dos motoristas, não querendo permitir a sua paragem naquele local, pelo que achava que a lei deveria ser cumprida mas a formação cívica também passava por uma forma pedagógica de agir e não apenas por fazer cumprir a lei aplicando multas, pelo que achava que deveria ser dado conhecimento aos respectivos comandos. Alertou, de seguida, para o facto de existir um tamponamento total do canal junto à ponte do MFA, encontrando-se muito pior do que no ano transacto,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

não permitindo a passagem das águas. Também na Praia do Poço da Cruz, que disse ser uma alternativa à Praia de Mira, disse que tinha visto com muito desagrado, em pleno mês de Agosto, esgoto a correr livremente, à entrada do passadiço de acesso à praia e seria bom que a Câmara Municipal mandasse os seus funcionários fazer a limpeza da fossa ali existente; que, a limpeza não seria de todo fácil tanto mais que decorriam ali obras de construção do esporão mas, tratando-se de uma praia que até tinha a concurso, pela DRAOT, cinco lugares para concessões, afigurava-se uma praia que iria ser a segunda praia do concelho e que, certamente, iria ter procura, caso contrário a DRAOT não iria pôr a concurso cinco lugares para apoio de praia. -----

-----Findas as três intervenções, foi dada a palavra ao sr. Vice-Presidente da Câmara que começou por esclarecer o deputado sr. Dr. Balugas, dizendo que a ausência do sr. Presidente da Câmara ficava a dever-se a afazeres municipais e não particulares e que, obviamente, também ele gostava que o sr. Presidente estivesse presente, pelo menos a sua tarefa seria muito mais facilitada. Relativamente à intervenção do sr. Dr. Rocha Castelhana, disse que já tinha transmitido o alerta ao responsável pela área em questão e que o sr. Vereador Prof. Balseiro, como responsável pelos serviços, poderia, de seguida, prestar mais esclarecimentos. No tocante à limpeza das valas, nomeadamente do Canal de Mira, o papel da Câmara Municipal era alertar as entidades competentes para o problema e havia certas entidades que não facilitavam nada, não só entidades oficiais como também organismos particulares, como era o caso da associação “Água Triangular” que estava a tentar classificar a zona junto ao posto da Guarda Fiscal como uma zona de interesse biológico; que, era um defensor acérrimo da ecologia mas também era pragmático e não colocaria populações em risco para defender habitats, pura e simplesmente; que, havia todos esses constrangimentos e a Câmara Municipal estava a fazer tudo o que podia e havia mais municípios a debaterem-se com o mesmo problema, tanto quanto se tinha apercebido de reuniões com a Associação de Municípios da Ria e teria que haver uma consciencialização nacional no sentido de que os locais de interesse ecológico devem realmente ser protegidos, mas não se poderia pôr em risco uma população inteira para proteger um habitat de um animal. Sobre a visita do sr. Governador Civil, disse que tinha sido importante o facto dele se ter feito acompanhar pela grande maioria dos Directores Regionais,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

quanto mais não fosse para se darem a conhecer e tinham sido abertas algumas portas às instituições do concelho, nas diversas áreas, que, certamente, terão interesses a defender em prol das populações do concelho. No que respeita à actuação da GNR, referiu que a mesma, de facto, não tinha sido feliz e essa nota seria transmitida ao respectivo Comando. Sobre a limpeza junto à ponte do MFA, a que aludiu o sr. Deputado Pedro Nunes, disse que a mesma se inseria nas preocupações manifestadas pelo sr deputado Dr. Rocha Castelhana e tinham que ser tomadas medidas tendentes à prevenção de situações como as que tinham ocorridos há dois anos e que a Câmara Municipal estava atenta. Quanto ao esgoto a correr a céu aberto, na Praia do Poço da Cruz, disse ter tomado a devida nota e que, no futuro, a Câmara Municipal iria tentar que tais situações não viessem a repetir-se. De seguida, passou a palavra ao sr. Vereador Prof. Luis Balseiro para que este complementasse as explicações relativamente ao problema da ETAR da Praia de Mira, abordado pelo deputado sr. Dr. Rocha Castelhana. Assim, o referido Vereador disse que, tanto quanto sabia pelo que lhe era transmitido pelos serviços, havia um motor avariado, o qual estava já em reparação mas que o outro estava a funcionar bem, pelo que não se colocava, no momento, nenhum perigo. Esta informação foi contestada pelo sr. Deputado Dr. Rocha Castelhana que disse que, na verdade estava apenas um motor a trabalhar mas melhor seria que não estivesse porque apenas estava a gastar energia, um vez que o esgoto não passava pela ETAR e toda a porcaria saía a norte da Praia de Mira para a vala, sem passar pela estação de tratamento, sendo bom que se deslocassem ao local para verificar como ele próprio faz. -----

----- Seguiu-se a intervenção do sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, sr. Carlos Milheirão para afirmar que subscrevia, na íntegra, parte da intervenção do deputado sr. Pedro Nunes relativamente à actuação da GNR durante o Verão, na Praia de Mira. Disse que tinha sido miserável, tinha sido uma repressão total para com os condutores, quer para os incautos, quer mesmo para aqueles que tinham necessidade de parar momentaneamente e que, ele próprio, tinha sido vítima dessa forma de actuação. Aflorou, depois, vários problemas, alguns dos quais tinha já apresentado ao sr. Governador Civil, aquando da recepção que lhe tinha sido feita na sede da Junta de Freguesia da Praia de Mira, desde logo o problema da construção dos esporões, da limpeza das matas, das valas e drenos que se encontram



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

totalmente assoreados com erva pinheirinha, tabugos, jacintos, etc.; que, quanto a estes últimos, era urgente que fossem tomadas todas as providências no sentido da sua erradicação, uma vez que se tratava de uma espécie invasora de fácil proliferação, com a agravante de dar uma flor muito bonita, dando origem a que as pessoas os apanhem para colocar nos seus cursos de água, lagos, etc., formando-se uma bola de neve que não terá mais fim; que, tinha feito uma proposta à Associação dos Amigos dos Moinhos para intervenção, mas na verdade já só com máquinas é que o problema se resolvia e não com trabalho manual, dadas as toneladas de jacintos já existentes, pelo queurgia que se unissem esforços entre a Câmara e a Junta de Freguesia, uma vez que a DRAOT não estava a dar importância ao problema. A seguir, questionou se, relativamente à Videira Norte, era ainda possível alguém apresentar candidatura e também solicitou que lhe fosse dada informação sobre as obras na ponte Cabo do Mar, uma vez que as mesmas estavam paradas.-----

-----O deputado Dr. José Balugas interveio e disse que o sr. Vice-Presidente era um digno representante da Câmara e que, apesar do sr. Presidente estar a faltar, não deixava de estar bem representado mas que a sua ausência começava a ser constante, o que levava a que alguns deputados também se desinteressassem, daí que houvesse uma percentagem tão grande de abstinência. Sobre a reunião desconcentrada, disse que tinha sido bastante positiva e que deveriam existir iniciativas semelhantes mais vezes; que, tinha ficado alarmado ao saber que, no concelho de Mira, não tinha havido nenhum subsídio aprovado para a agricultura, o que, em seu entender, ficava a dever-se a falta de divulgação e que, mesmo não sendo esse o papel da Câmara Municipal, esta sempre poderia fazer alguma coisa para alertar as pessoas; que, só esperava que não viesse a acontecer o que tinha acontecido há cerca de 10 anos atrás, em que o sr. Primeiro Ministro, Cavaco Silva, tinha cedido terras da Junta de Colonização Interna a jovens agricultores, terras essas inseridas na área da freguesia da Praia de Mira e, no final, não tinha havido um único contemplado da Praia. Também, sobre a reinauguração do Museu da Praia de Mira que, em seu entender, não tinha sofrido qualquer alteração, tinha ficado triste ao reparar numa listagem de nomes de expositores da qual não fazia parte nenhum artista da Praia; que, sabia que na Praia havia pessoas capazes de expor a sua arte, como era o caso do sr. Mário Saborano que, de certeza, não iria ficar a dever nada aos



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

outros que lá estavam. Congratulou-se com a realização da mostra gastronómica que, disse, tem vindo a crescer, embora muitos visitantes não fosse obrigatoriamente sinónimo de qualidade. Disse também que queria chamar a atenção, não no sentido de criticar directamente a Câmara, mas sim no sentido de, no próximo ano, serem corrigidos os erros apontados, nomeadamente para as ementas servidas que não incluíam peixe fresco; que, o próprio “Chefe Silva” recomendava leitão à Bairrada, bolacha americana, com pizzas à mistura, alheiras de Mirandela e cocos do Brasil; que, tudo isso deveria ser evitado, para o bom nome da região, que só era conseguido com aquilo de bom que era feito no concelho. Questionou, depois, quais tinham sido os critérios para selecção dos restaurantes, uma vez que só lá tinha visto dois restaurantes da Praia e um terceiro chamado à última da hora, o tal que servia pizzas e perguntou porquê esse e não outro, para além de que o critério de apresentação de propostas monetárias não lhe parecia ser o melhor. Perguntou, também como tinha decorrido a época balnear no Parque de Campismo Municipal, designadamente se a informatização dos serviços tinha trazido mais-valias, quanto se tinha arrecadado de receitas no referido parque, como também nos parques de estacionamento e deixou ainda uma sugestão no sentido de parte substancial dessas receitas ser aplicada directamente na Praia de Mira. Por fim, solicitou que fossem apresentadas as contas das Festas de S. Tomé, para que não acontecesse o mesmo que no ano anterior e abordou alguns destaques de uma entrevista do sr. Presidente da Câmara ao “Jornal da Gândara”, referente às grandes opções do Executivo, designadamente o estádio Municipal, o campo de Golfe e a 2ª. Fase da Variante de Mira, afirmando que concordava com as duas últimas mas discordava no tocante ao estádio municipal, porquanto lhe parecia que existiam obras mais prementes, nomeadamente no que respeita ao saneamento e abastecimento de água a todo o concelho, como, aliás, o sr. Presidente também reconhecia. Relativamente ao Centro de Saúde da Praia de Mira, perguntou para quando estava prevista a sua inauguração; que, durante o Verão vários tinham sido os veraneantes que lhe tinham perguntado que caixote era aquele e achava que, talvez por ter sido rejeitada a 2ª. parte do projecto, se estava agora a enfrentar problemas que considerava graves. Deixou, ainda, uma última pergunta, no sentido de saber qual tinha sido o aumento de despesas com pessoal desde que o actual Executivo tinha tomado posse. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Neste momento, eram cerca de 15:35h, ausentou-se da sessão o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira. -----

----- Os trabalhos prosseguiram com a intervenção do deputado sr. Dr. Juan António que solicitou uma resposta concreta sobre o problema das obras da Ponte do Cabo do Mar, a que já anteriormente tinha feito alusão o sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Abordou, também, a situação já exposta anteriormente relativa ao serviço prestado pela GNR na Praia de Mira, numa autêntica caça à multa, especialmente no que toca a estacionamento, quase que empurrando as pessoas para outras praias mais próximas, designadamente do concelho de Cantanhede, com melhores condições de estacionamento. Disse que tinha chamado a atenção de um dos elementos no sentido de que havia alguma incoerência e até algum excesso de rigor nas multas aplicadas e que bastava dar uma volta ao Lago do Mar durante o fim-de-semana para se ficar bastante confrangido como é que a GNR não via o campismo selvagem ali praticado, isso sim, a justificar uma enérgica intervenção das autoridades. Sobre o Lago do Mar, perguntou se existia algum projecto de beneficiação da sua área envolvente e lembrou a necessidade urgente de intervenção na estrada que passa junto ao Clube Náutico que, tratando-se de uma zona nobre da Praia de Mira, estava bastante descuidada; que, havia pequenas intervenções que sem necessitarem do dispêndio de grandes verbas, poderiam embelezar e mostrar algum cuidado às pessoas que visitam o concelho e que poderia passar por uma acção conjunta entre a Câmara e a Junta de Freguesia, a começar pelo cortar das silvas e ervas que circundam as vias, assim como as acácias e canas que dão um ar de desleixo à zona e dão aspecto de abandono e com pequenos trabalhos poderia reflectir-se algum asseio que seria agradável para os visitantes; que, seria fácil fazer grandes obras se as verbas abundassem mas, já que eram escassas, deveria, pelo menos, fazer-se o que fosse possível e presentear as pessoas com o que o concelho tem de melhor, como seja a floresta, a natureza, que era tão mal tratada por todos; que, não havia grandes possibilidades de captação do turismo, a não ser pelos recursos naturais que existiam e que estes tinham que apresentar um aspecto cuidado, até porque, nos últimos anos, a qualidade do turismo tinha vindo a diminuir, fruto de outras ofertas aos mesmos custos e com melhores condições; que, isso não era um problema apenas da Câmara mas também um pouco dos habitantes da Praia de Mira que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

queriam ganhar num mês o que deveriam ganhar em 12 meses, designadamente na área comercial e também na particular, com o aluguer de casas. Congratulou-se com a forma como tinha decorrido a mostra gastronómica e felicitou a Câmara com o aproveitamento feito de zonas degradadas e esquecidas que tinham sido transformadas em pequenas áreas ajardinadas que, não tendo sido um grande investimento, pelo menos, demonstrava algum cuidado e ajudava a embelezar a praia. Debruçou-se, de seguida, sobre o aspecto urbanístico do concelho, tendo começado por dizer que, fruto da actividade que estava a desenvolver, embora fosse fora do concelho, frequentemente se deslocava a Mira para fazer processos de avaliações de imóveis que estavam em fase de aquisição e muitas vezes até dados como garantia à instituição financeira onde trabalhava e, não raras vezes, se tem vindo a deparar com coisas perfeitamente caricatas, particularmente na Praia de Mira; que, por vezes a responsabilidade não era das Câmaras mas antes do seu corpo técnico, todavia o que ficava era a imagem dos que tinham passado pelas Câmaras; que, tem vindo a dar conta de casas ilegais, cujos negócios jurídicos não se podem concretizar porque não é respeitado o licenciamento dessas construções, aparecendo por vezes alterações aos projectos iniciais, aprovadas pela Câmara, que não têm a devida correspondência com os demais organismos, ou seja, que havia situações de manifesta ilegalidade praticadas pelos serviços técnicos da Câmara, o que requeria algum cuidado; que, nada batia certo e se legalizava o que não podia ser legalizado e tinha que haver serviços de fiscalização e responsabilidade; que, a pessoa que lhe tinha dito tinha sido um Engenheiro Civil da Figueira da Foz que, a brincar, até lhe disse também que quem tinha estado à frente dos destinos eram pessoas da Figueira da Foz; que, ainda bem que estava ali presente o sr. Engº. Cruz que tinha uma postura diferente mas, doesse a quem doesse e nada de favores a ninguém, a Lei tinha que ser cumprida, porque havia ilegalidades terríveis, coisas que não eram de agora, eram do passado, em que o lema era “construa-se que, depois, alguém há-de vir atrás para legalizar”; que, havia inúmeras situações dessas em que os negócios não eram feitos porque a casa já estava construída mas não havia licenças; que, tinham que ser tomadas medidas drásticas; que, se falava muito na Praia da Tocha e o que tinha acontecido lá tinha sido que alguém, no passado e até mesmo no presente, politicamente, tinha tido a coragem de impor alinhamentos e regras e nada de fazer favores a ninguém; que, na Praia de Mira,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

os alinhamentos eram perfeitamente impensáveis, como era o caso de um prédio construído no centro nevrálgico da Praia, que era um prédio bonito e de boa qualidade mas, pessoalmente, estava contra os alinhamentos da construção, porquanto estava fora do contexto, desalinhado e que tinham que ser estatuídas regras e estas tinham que ser cumpridas; que, durante muitos anos nunca tinha sido possível construir nos terrenos da valeira e que disso ele próprio era testemunha porque a sua família possuía lá um terreno onde durante dez anos tinham tentado construir e nunca tinham conseguido e quando o mesmo tinha sido adquirido por uma firma construtora, esta tinha sido logo autorizada a construir; que, tinha que se ter coragem política, que se perdiam muitos votos mas ganhava-se urbanismo e algo para oferecer e futuramente iriam surgir os agradecimentos pela coragem tida e nada de facilitismos porque, especialmente na Praia de Mira, que era o local que melhor conhecia, embora também se verificasse no resto do concelho, havia situações perfeitamente degradantes e perdia-se qualidade, quer em termos urbanísticos, quer em termos humanos. Para terminar, disse que sobre a mostra gastronómica, aquilo que tinha sido sentido o Dr. José Balugas era um pouco o sentido por todos no dia a dia, porquanto era difícil arranjar-se um sítio onde se comesse peixe fresco ou um prato típico da Praia de Mira, mas isso ultrapassava um pouco o âmbito de actuação da Câmara, podendo esta apenas intervir a nível de acções de esclarecimento, tratando-se antes de um problema do tecido empresarial local.-----

-----O sr. Vice-Presidente da Câmara, Vereador sr. Nelson Maltez, deu resposta às intervenções anteriores, começando por dizer que todos estavam de acordo no tocante à actuação da GNR durante o Verão na Praia de Mira. Sobre a visita do sr. Governador Civil, prestou homenagem às Juntas de Freguesia do Concelho pelo forma excepcionalmente correcta como tinham feito as suas recepções, dignificando, desta forma, todo o concelho. Quanto à construção dos esporões, disse que todos estavam preocupados, mesmo os que tinham defendido a sua construção da maneira como tinham sido feitos, tinham a consciência de que os esporões não resolvem nada, apenas transferem os problemas para Sul, o que era dizer que os transferiam para Mira; que, o sr. Presidente da Junta já sabia particularmente, mas agora dizia-o oficialmente e toda a Assembleia podia desde já tomar conhecimento de que a Câmara Municipal, em finais de Outubro, iria organizar um debate com diversos intervenientes, em que seriam



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

também convidados os serviços do INAG para, querendo, se fazerem representar pelos seus técnicos, para que, de uma vez por todas os problemas da orla costeira fossem esclarecidos; que tinha acontecido um desmoronamento da duna a Sul do Areão e que talvez tivesse sido melhor que os esporões começassem do Sul para Norte e não o contrário, como tinha sido feito. Relativamente à limpeza das matas, disse que era mais um problema que preocupava a Câmara Municipal, estando o sr. Presidente a fazer uma forte pressão sobre o Director Regional da Agricultura; que se tinha iniciado uma limpeza na área florestal junto ao Parque de Campismo e que daí tinham surgido problemas, desde logo com o levantamento de autos por parte do Ministério da Agricultura. Sobre as valas, disse que bem se sabia onde tinham surgido os jacintos de água e, provavelmente, quem os tinha trazido para cá não tinha consciência do crime que estava a cometer; que a Câmara tem alertado a Direcção Regional, na pessoa dos seus técnicos mas, mesmo sabendo que a situação financeira da DRAOT era complicada, o problema tinha que ser combatido, sob pena de, ainda que não houvesse cheias, os jacintos serem, por si só, um problema que iria levantar dificuldades no aspecto ecológico e de manutenção dos cursos de água e lagoas. No que respeita à candidatura aos terrenos da Videira Norte, disse que, neste momento, não era exequível mais nenhuma candidatura, sob pena de impugnação judicial do processo e tinha que ser dado cumprimento ao respectivo regulamento. Acerca das questões postas pelo sr. Dr. Balugas sobre a não existência de subsídios para os agricultores de Mira e também da entrega, em tempos, de terrenos da Junta de Colonização Interna, os quais não tinham contemplado qualquer agricultor da Praia de Mira, lembrou que antes de tudo, os interessados tinham que se candidatar, caso contrário, não teriam hipótese alguma de serem contemplados. Quanto à informatização do Parque de Campismo disse que tinha resultado, que o sistema tinha custado cerca de 5.000 contos, sendo financiado a 75% mas, mesmo que não tivesse sido financiado tinha valido a pena na mesma, porque se tinha pago a ele próprio. Em relação a melhorias no parque, começou por referir que o concelho de Mira tinha possibilidades de desenvolvimento em duas vertentes: o turismo e a questão tecnológica; que, o concelho, no passado, tinha ficado para trás, em termos industriais, o que tinha sido uma desvantagem que agora poderia ser capitalizada como vantagem para o futuro, porquanto tinha o ambiente relativamente bem preservado e que tinha procura; que, a ideia



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

do “Ecomira” era uma ideia para o desenvolvimento de um turismo virado para a natureza em que havia ainda algumas verbas do “Plano Operacional do Ambiente” e uma das coisas que estava prevista, aguardando-se apenas a aprovação do plano de urbanização da Praia de Mira, era uma circular interna à Praia de Mira, não sendo possível fazer-se, neste momento, por força da oposição por parte do Ambiente, no passado; que, o que se pretendia era diminuir a carga de automóveis na Praia de Mira, de forma a que o núcleo central pudesse ser mais visitado a pé; que, o Ambiente tinha aceite a ideia, com a construção de parques de estacionamento à entrada da Praia de Mira, com transportes alternativos e para que as pessoas possam andar a pé ou de bicicleta dentro da Praia de Mira; que, se ia partir para a requalificação do Parque de Campismo, com a construção de bungalows na margem do lago e iria registar-se a intervenção da Direcção Regional do Ambiente, através do “Ecomira”, que era uma parceria entre a Câmara e a Direcção Regional do Ambiente, sendo por esta assumida a requalificação do lago do mar, a destruição de toda a cana que o envolve e a plantação de espécies autóctones; que, provavelmente, fruto dessa requalificação, o parque iria ter uma carga humana muito inferior à que actualmente permitia, mas com muito melhor qualidade; que, estava também previsto, após a construção da circular, que a Avenida da Barrinha passe a ser uma zona preferencialmente pedonal, embora os carros dos residentes continuassem a circular por lá; que, estava também prevista a requalificação do Bairro Norte com arborização, retirada de cabos eléctricos, alargamento de passeios onde fosse possível, etc.; que, quanto ao facto do sr. deputado Dr. Balugas ter afirmado que concordava com o Campo de Golfe e com a 2ª. Fase da Variante mas que não concordava com o estádio municipal, disse que era apenas uma opinião e que a respeitava e nada mais. Sobre a inauguração do Centro de Saúde, disse que o sr. Presidente da Câmara estava em contacto com a Administração Regional de Saúde e estava para breve a abertura das novas instalações e que sobre os problemas ali existentes, os mesmos, em seu entender, não tinham propriamente a ver com a rejeição da 2ª. fase do projecto, cujo financiamento não era viável e a Câmara não tinha arcaboço financeiro para o executar, para além da Câmara ser da opinião que tal tipo de empreendimento deve partir antes da iniciativa privada; que, poderia pensar-se que o Município de Mira poderia ter muito mais equipamentos mas, na verdade, não teria capacidades financeiras para os suportar; que, a Piscina



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal era uma obra notável que fazia muita falta à população, mas tinha que haver a consciência de que não se poderia avançar com mais projectos deste tipo porque representavam um encargo muito grande para o Município. Relativamente ao aumento das despesas com pessoal, disse que esse indicador seria dado aquando da apresentação de contas, designadamente, com a apresentação da Conta de Gerência e Relatório e que, no momento, não estava habilitado para poder responder com precisão. De todo o modo, sempre disse que tinha havido um conjunto de equipamentos, designadamente a Piscina Municipal e os equipamentos escolares que tinham obrigado ao recrutamento de mais pessoal. Quanto à intervenção do deputado Dr. Juan António, relativamente à actuação da GNR, disse não querer acreditar que o móbil da actuação tenha sido o que referiu mas o que era um facto era que teria que haver uma sensibilização porque, ao que parecia, noutros lados a actuação não tinha sido igual e, se estavam sob o mesmo comando, seria lógico que a actuação tivesse sido uniforme. Quanto aos problemas de urbanismo, a que se reportou o mesmo deputado, disse que, na parte que lhe tocava, era a razão da sua amargura e do seu estado de alma; que, ao longo de demasiados anos, se tinha vivido nalguma impunidade e algum facilitismo na área do urbanismo e, por vezes, para se fazer um jeitinho a alguém, prejudica-se um terceiro; que, havia muita gente com uma grande capacidade reivindicativa e que sabiam pressionar melhor que outras e se se ia pela pressão, muitas vezes acaba por se ir para campos indevidos; que, o problema não estava unicamente na Praia de Mira mas um pouco por todo o concelho, embora se reflectisse mais na Praia porque tinha sido sujeita a uma maior pressão urbanística e era onde mais se notavam os efeitos nocivos porque afectava o turismo; que, tinha que se ter a coragem de mudar o actual estado das coisas, embora isso custasse votos, mas as gerações futuras iriam certamente julgar essa actuação; que, havia problemas do passado que se estavam a reflectir no presente e que colocavam o sector sob uma pressão insustentável; que, havia arranjos que tinham sido feitos no passado e não só no passado recente mas em todo o passado que, neste momento, se estavam a reflectir em negócios jurídicos que as pessoas não conseguiam realizar e depois pressionavam o sector do urbanismo para legalizarem aquilo que não era legalizável; que, tinha consciência que os regulamentos municipais de ordenamento do território tinham lacunas e nalguns casos não se adaptavam à realidade do concelho mas o que era facto é



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que eles tinham sido objecto de proposta dos Executivos às Assembleias Municipais, tinham sido sujeitos a inquérito público e quem fazia a gestão urbanística não fazia aquilo que lhe apetecia, outrossim aplicava o que estava previsto nos regulamentos e enquanto eles estivessem em vigor tinham que ser cumpridos; que, tinha consciência de que havia normas que não tinham razão de ser e, por isso, se tinha posto mãos à obra e se tinha feito um trabalho exaustivo que, todavia, não dava votos, porque era um trabalho que não se via; que, o futuro era delineado nos instrumentos de ordenamento do território, nos planos aprovados, sejam eles planos directores, planos de pormenor ou planos de urbanização; que, a intervenção do sr. deputado Dr. Juan António tinha vindo de encontro ao estado de alma que sentia e que o pelouro do urbanismo era a área mais complicada em qualquer Executivo; que, hoje havia uma maior consciência cívica para a questão e da parte da Câmara Municipal todos poderiam contar com todo o esforço para que houvesse um rigor absoluto na apreciação de processos e, sobretudo, no respeito pelos Munícipes e pela igualdade. -----

----- Seguidamente, passou a palavra ao sr. Vereador Prof. Luis Balseiro que começou por dizer que, a nível de águas e saneamento, o concelho estava ainda bastante carente e que concordava que essas deveriam ser obras prioritárias; que, no que respeita ao abastecimento de água, se estava a proceder à substituição de condutas e a pensar-se uma melhor solução para o saneamento. Sobre a obra do Centro de Saúde da Praia de Mira, disse que brevemente iria ser feita a requalificação da sua envolvente e quanto à ponte do Cabo do Mar explicou que tinha sido aberto concurso para o levantamento do tabuleiro, o qual teve que ser anulado pelo que se tinha já aberto um novo concurso, cujas propostas tinham sido abertas naquela data. -----

----- Os trabalhos tiveram andamento com a intervenção da sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita que começou por apresentar desculpas de não ter participado na sessão desde o seu início mas, na qualidade de Presidente da CPCJ, tinha um caso grave para resolver o que a obrigava a ausentar-se da sala aos poucos, para o que a todos pediu a máxima compreensão. Quanto à questão da suposta reinauguração do museu da Praia, esclareceu que não se tratou de uma reinauguração mas antes de uma reabertura, o que era manifestamente diferente. Sobre o comentário de que o museu nada tinha de novo,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

disse que, na verdade estavam lá várias coisas novas ou, pelo menos, tratadas de maneira diferente, até porque o trabalho tinha sido feito por um conservador de museus e não por um qualquer curioso. Sobre a questão de não estar nenhum artista da Praia de Mira a expor os seus trabalhos, disse que a exposição tinha um tema específico, tinham sido contactados vários artistas que, possuindo quadros alusivos ao tema da exposição, os quiseram apresentar; que, era costume os próprios artistas contactarem o museu para exporem os seus trabalhos e até à data, nunca tinha havido diferenciação com ninguém. Relativamente ao novo trato dado ao museu, disse que havia algumas imprecisões, para as quais tinham sido alertados por pessoas da Praia que estavam, também elas, a contribuir para que aquele tratamento fosse o mais correcto possível, até porque quem tinha vivido na época tinha melhores conhecimentos do que o historiador ou o conservador não tinha e ali prestava a devida homenagem a essas pessoas que estavam a contribuir para que se fizesse um retrato da época, de uma forma fidedigna. Quanto à Mostra Gastronómica, disse que a mesma não era da Praia de Mira, não era de Mira, mas sim da região da Gândara e daí que estivesse lá um restaurante do concelho de Cantanhede e outro do concelho de Vagos. Disse, também, que tinha sido feita uma pré-avaliação do que se tinha passado, tendo feito a leitura do seguinte texto: -----

-----“VI MOSTRA GASTRONÓMICA MIRA – 2003 (Considerações)-----

----- Pretendendo:-----

----- Valorizar e preservar o Património Cultural, defendendo e conservando antigas receitas, saberes e sabores locais; -----

----- Divulgar a riqueza gastronómica da região, promovendo uma hotelaria de qualidade; -----

----- Animar cultural e turisticamente a Praia de Mira em época de fim de Verão, teve lugar, de 18 a 21 de Setembro, no Largo da Barrinha da Praia de Mira, a VI edição da Mostra Gastronómica – Mira 2003. Este evento, sendo uma organização da Câmara Municipal de Mira, envolve directamente toda uma série de agentes e apresenta reflexos importantes na vida cultural e turística do Concelho, tendo atingido, este ano, uma afluência de público muito superior a anos anteriores. Divulgada no Guia das Feiras e actividades Económicas na Região Centro, cedo começaram a chegar, à Câmara Municipal,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

pedidos de informação sobre a organização do certame, vindos sobretudo de artesãos, empresas e meios de comunicação social nacionais, levantando a possibilidade de, paralelamente à realização da Mostra Gastronómica, nos moldes em que anteriormente se organizou, introduzir um novo sector de exposição e venda de produtos artesanais e/ou artísticos. -----

----- Este sector, para além de alargar o âmbito, animar e diversificar o interesse do certame, poderia funcionar como atractivo do público que não procura apenas a gastronomia e, ao mesmo tempo, funcionar ainda como incentivo aos próprios artesãos e/ou artistas locais, para que com melhores condições de exposição, integrados num contexto mais abrangente e valorativo do seu próprio produto e perante novas referências do funcionamento de uma mostra e venda de produtos artesanais e criativos, intensificassem a sua própria produção e ganhassem gosto em participar em eventos do género, até no exterior. -----

----- Neste contexto, divulgou-se a intenção desta acção aos artistas e artesãos locais que habitualmente participam neste género de eventos, dando-lhe prioridade e facilidade na atribuição de stands, assim como se reservou dois lugares à participação do Centro Cultural e Recreativo da Praia de Mira e da Unidade Paroquial de Apoio Social da Praia de Mira, que solicitaram e manifestaram todo o interesse em participar no certame com a venda de doces caseiros. Alguns dos artesãos e artistas locais, já habituais nestes eventos e para quem foi reservado o respectivo stand, não puderam participar no certame, tendo apresentado motivos concretos. -----

----- Funcionaram então, paralelamente à Mostra Gastronómica, 14 stands expositores, 4 dos quais pertencentes ao concelho e os restantes 10 ocupados por artesanato diverso e alguns produtos gastronómicos naturais e artesanais de outras regiões. -----

----- Pela adesão do público, perante breve avaliação realizada com os participantes e pelo interesse demonstrado, quer o local, quer a altura do ano, tem potenciais para, paralelamente à Mostra Gastronómica, se desenvolver, com sucesso, uma Mostra / Feira de Artesanato...” -----

----- Neste momento, o sr. Presidente da Mesa em exercício, interrompeu a sr^a. Vereadora sugerindo que a mesma fizesse a explanação do conteúdo do texto escrito mediante a apresentação de 3 ou 4 ideias-



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

chave para que a todos fosse mais simples a compreensão daquilo que se pretendia transmitir, de uma forma mais objectiva. A sr^a. Vereadora concordou com a ideia apresentada e passou a salientar os pontos mais importantes do citado documento. Assim, começou por referir que a Câmara Municipal enviou carta convite a todos os restaurantes do concelho de Mira, tendo respondido 5 da Praia de Mira e 1 do Cential; que, tal como estava previsto no regulamento, a selecção era feita pela melhor oferta, sendo a base de licitação de 75.00 €; que, tinha também concorrido a “Confraria dos Nabos”, dos Carapelhos, que sabia de antemão que apenas seria aceite no caso de não haver restaurantes suficientes para ocuparem os stands existentes; que, antes do dia da abertura, tinha sido feita uma reunião, na qual tinha sido apresentada desistência por parte de dois restaurantes da Praia de Mira, alegando que não concordavam com a forma de selecção utilizada; que, ao ser verificada a existência de dois stands vazios, tinham sido envidados todos os esforços no sentido de ser conseguida a sua ocupação e, assim, tinha aparecido o “Cantinho da Pizza” que, pese embora não fosse um produto tradicional da região, assumiu o compromisso de apresentar, além das pizzas, um pitau de raia e uma macarronada, estes sim, pratos tradicionais da Praia de Mira; que, tinham sido feitos esforços no sentido de ser também ocupado o stand sobranete, tendo-se contactado o sr. Manuel Varanda, ele próprio um impulsionador da Mostra, o qual se mostrou desde logo interessado mas, devido a problemas com locais, o referido indivíduo achou por bem retirar-se para evitar conflitos. Fez, de seguida, a leitura dos seguintes parágrafos do texto, como avaliação final:-----

----- “Como avaliação do decorrer da VI Mostra, constatou-se, devido às situações acima descritas, algum empobrecimento, em relação a certames anteriores, no que diz respeito à presença de alguns sabores típicos da Praia de Mira, muito embora a organização tenha tentado evitar essa situação. Contudo a representação dos sabores mais típicos e característicos da parte mais interior do Concelho, foram, este ano, valorizados. -----

Devido ao maior investimento nas condições e apresentação do evento, ao alargamento a novos centros de interesse e animação mais diversificada, uma ampla divulgação mediática e ainda a condições atmosféricas favoráveis, este ano o certame atingiu um volume de visitantes considerável, estando hoje reunidas condições para começar a exigir e a impor certas regras na participação dos Restaurantes. Penso



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

estar na altura de criar uma comissão de avaliação e acompanhamento do desempenho dos participantes, no sentido de validar a qualidade e a genuinidade dos sabores da Região da Gândara, de forma a valorizar e dignificar cada vez mais o nosso Património Cultural e a nossa Gastronomia”.

----- Para concluir, a sr^a. Vereadora disse ainda que, tal como o sr. deputado Dr. Balugas, também ela tinha visto as deficiências apontadas, não tinha gostado e tinha tomado nota para que, no futuro, as coisas fossem melhoradas, contando, para tal, com a colaboração dos restaurantes. -----

----- No tocante às contas das festas de S. Tomé, disse que as mesmas estavam feitas, estando apuradas as receitas e despesas, tendo participado no processo dois deputados da Assembleia Municipal, ali presentes; que, só não eram apresentadas naquele dia pela razão de que a Câmara Municipal não tinha feito a transferência de todas as verbas necessárias para proceder aos pagamentos e enquanto as despesas não estivessem todas pagas, as contas não podiam ser apresentadas e esperava poder fazê-lo na próxima sessão. -----

----- Seguiu-se a intervenção do deputado sr. Carlos Milheiro para dizer que tinha estado a conversar com o proprietário de um dos restaurantes que tinha desistido de participar na Mostra e tinha ficado a saber que o abandono se ficava a dever ao facto de ter aparecido uma associação a representar a gastronomia gandraesa, que tinha sido a “Confraria dos Nabos” e que no regulamento estava prevista a participação de restaurantes e não de associações e daí o problema surgido, pelo que se deveria corrigir o regulamento. -----

----- O sr. deputado Dr. José Balugas contestou as afirmações da sr^a. Vereadora no tocante aos termos por ela utilizados de “reabertura” e “reinauguração” do Museu, uma vez que a mesma apenas tinha falado uma vez em “reabertura”, enquanto que tinha utilizado diversas vezes o termo “reinauguração” e era, de facto, este o termo utilizado nos panfletos publicitários. No que respeita à participação do “Cantinho da Pizza”, na Mostra Gastronómica perguntou como tinha sido feito o convite e porque tinha sido convidado aquele restaurante e não os outros e gostaria de ver isso esclarecido, até porque, tal como outras pessoas, tinha ficado chocado com a venda de pizzas numa mostra, embora não tenha nada contra o dono, antes pelo contrário, era uma pessoa da Praia de Mira e até se tratava de pessoa que estimava bastante. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Verificou-se a intervenção do deputado sr. Pedro Nunes que quis dar uma achega no que respeita à questão da reabertura do Museu, uma vez que a sr^a. Vereadora, por lapso, não tinha referido que tinha havido um importante trabalho de retaguarda de muitos artistas do concelho, designadamente dos grupos folclóricos e etnográficos que forneceram trajes que foram expostos nas diversas salas, dentro de um trabalho sério e honesto, sob a orientação da Bibliotecária. -----

----- De imediato, interveio o sr. deputado Dr. Juan António para se referir aos parómetros instalados na Praia de Mira, que estavam regulados até às 22.00 horas, o que se tornava bastante oneroso e criava mau-estar, sendo mais razoável que estivessem programadas até às 19.00 ou 20.00 horas como na maioria dos locais onde se encontram instalados. Outra questão que quis abordar prendeu-se com o insuficiente número de contentores do lixo, especialmente na Praia e disse também que a praia (areal) este ano se encontrava mais suja que no ano anterior, pelo que deveria ser diligenciado no sentido de serem colocados mais caixotes de lixo, afixados placards de sensibilização das pessoas, etc.. -----

----- O deputado sr. Fernando Alves interveio para dizer que, finalmente, depois de alguns anos, tinha aparecido uma obra na rotunda dos Leitões. Pediu que lhe fosse explicada a respectiva arquitectura e disse que pena era que o seu filho tivesse ficado desgostoso porque, segundo ele, o sr. Presidente da Câmara teria feito melhor se tivesse feito um parque infantil. E sobre parques infantis, disse que as crianças de Mira mereciam um parque infantil central com melhores condições, porque o existente era bastante pobre, além de que, com a quantidade de cães vadios que andavam nas suas imediações, aquele local acabava por ser a casa de banho dos referidos animais. -----

----- Verificou-se, uma vez mais, a intervenção do sr. deputado Dr. José Balugas que, de posse da Lei Orgânica n.º 2, de 2003, de 22 de Agosto (lei dos partidos políticos) leu o seguinte: “São fins dos partidos políticos fazer a crítica, designadamente de oposição à actividade dos órgãos do Estado, das Regiões Autónomas, das autarquias locais e das organizações internacionais de que Portugal seja parte”. Disse, depois, que tudo isto era normal e o papel da Assembleia era precisamente investigar, fiscalizar e criticar. Colocou, de seguida, uma questão relativamente aos cartões de autorização de estacionamento, uma vez que lhe parecia que os mesmos não tinham ainda sido retirados, para além de que algumas pessoas tinham



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

afirmado que também iriam arranjar um cartão daqueles. A terminar, disse que o sr. Vice-Presidente tinha dito que, no tocante aos esporões, estavam a transpor o problema de Norte para Sul e o problema resolvia-se não os fazendo, porque assim estava sempre a transpor-se o problema e não a resolvê-lo. -----

-----Seguiu-se a intervenção da sr^a. Vereadora Lurdes Mesquita que, ainda no tocante à Mostra Gastronómica, tinha sido informada que os restaurantes desistentes tinham tomado essa atitude pela razão de não estar prevista no regulamento a participação de associações, mas que o regulamento também previa que os casos omissos fossem resolvidos pela organização e no caso da atribuição dos palheiros tinham sido abertas as propostas em reunião de Câmara e não tinha havido qualquer problema. Relembrou, também, que no ano anterior já tinham participado duas associações, da Praia de Mira, com doces e não tinha havido qualquer reclamação, não entendendo a razão de ser das reclamações surgidas esta ano; que, para bem de todos, devia ser posta de parte a questão de ser da Praia, de Mira ou do resto do concelho, porque todos ali estavam imbuídos do mesmo espírito, para bem do desenvolvimento do concelho; que, as críticas seriam sempre aceites e reconhecia que cabia ao partido da oposição fazê-las, mas não só ao partido da oposição; que, as críticas eram feitas de várias formas e uma crítica construtiva no sentido de se melhorar, no futuro, algo que não estava a ser bem feito, era uma coisa e uma crítica feita nos termos irónicos que o sr. deputado Dr. Balugas costumava usar era outra e merecia também uma resposta irónica. -----

-----O sr. Vice-Presidente interveio para dizer que as polémicas a nada conduziam e que competia aos partidos criticar quem tem que exercer o poder. Relativamente à Mostra, confirmou que tinham surgido alguns problemas mas que também tinha havido a tentativa de os resolver na hora, pela forma que tinha parecido a melhor. Sobre a questão do palheiro, disse que estava convicto de que o mesmo tinha sido feito para mostrar um pouco da cultura do nosso povo e, como qualquer exposição, de tempos a tempos, tinha que ser reformulada senão cansava; que, quando uma infra-estrutura como aquela recebia uma remodelação, era natural que, como forma de chamar a atenção para o facto, se fizesse uma reabertura com alguma dignidade; que, era irrealista desejar que todos comungassem da mesma opinião, porque todos tinham pontos de vista e gostos diferentes, mas pensava que a sr^a. Vereadora tinha defendido aquilo



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que achava acertado, do mesmo passo que os srs. deputados tinham feito a crítica julgada conveniente e era hora de se parar com as polémicas que a nada levavam. Sobre a intervenção do deputado sr. Pedro Nunes, disse que ela encaixava em tudo o que tinha acabado de ser dito e que, quanto às máquinas de estacionamento a que se reportou o deputado Dr. Juan António, as mesmas funcionavam no período de Verão, até às 22:00 horas, conforme estava previsto no respectivo regulamento e qualquer alteração ao mesmo era da competência da Assembleia Municipal; que, para além disso, as máquinas instaladas eram fruto de um contrato entre a Câmara Municipal e uma empresa privada, a qual tinha direito a 60% da receita, enquanto o Município arrecadava 40% e seria um pouco complicado mexer nisso; que, de qualquer maneira, tinha registado a preocupação manifestada pelo deputado sr. Dr. Juan António e, dentro daquilo que for possível, se assim for entendido, apresentar-se-ia uma nova proposta à Assembleia; que, tinha também ficado registada a preocupação do mesmo sr. deputado, relativamente aos contentores do lixo, assim como o facto de ter chamado a atenção para a situação da praia ter estado mais suja este ano que nos anos anteriores. Quanto à intervenção do sr. deputado Fernando Alves, designadamente no tocante ao arranjo da rotunda dos Leitões, explicou que o mesmo não estava ainda terminado e esperava que quando estivesse concluída ficasse bonita. Mais disse que tinha ficado registada a preocupação relativamente à existência de um parque infantil melhorado. No tocante aos cartões de estacionamento, disse que tinha dado instruções precisas no sentido da sua recolha e esperava que a sua ordem tivesse sido cumprida, não acreditando, também, que tivesse sido emitido mais algum. -----

----- Seguiu-se um pequeno intervalo, cerca das 16:50h, tendo os trabalhos sido retomados pelas 17:15h., sem a presença do deputado sr. Engº. Carlos Manuel Brites Monteiro. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **PONTO UM: “Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia”.**-----

----- O sr. Vice - Presidente da Câmara reportou-se ao relatório das actividades desenvolvidas pelo Executivo, no período de Julho a Setembro do corrente ano, antecipadamente distribuído, por todos os elementos da Assembleia. Incidiu, depois, sobre o Resumo Diário de Tesouraria do dia 25 de Setembro



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de 2003, referindo que em “Operações Orçamentais”, constava a verba de 1.327.866,37 € (um milhão, trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e seis euros e trinta e sete cêntimos). -----

----- Relativamente ao ponto em análise, verificou-se uma única intervenção, do sr. deputado Dr. Juan António que lembrou, uma vez mais, a necessidade dos relatórios de serviço serem entregues com alguma antecedência para uma melhor análise. Sobre o Resumo Diário de Tesouraria questionou se a verba contida na conta do banco BPI, S.A., no montante de 999.789,52 €, era referente ao empréstimo bancário, tendo o sr. Vice-Presidente respondido que alguns montantes do empréstimo já tinham sido utilizados e outros estavam em utilização.-----

----- **PONTO DOIS: “Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação”**-----

----- A apresentação do assunto foi feita pelo sr. Vice-Presidente que começou por explicar que o regulamento em análise advinha de legislação, designadamente, o D.L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 177/2001, de 04 de Junho e espelhava um ajustamento à realidade do concelho de Mira. Realçou que alguns aspectos eram meramente processuais e que outros tinham a ver com a cobrança de taxas, designadamente com loteamentos urbanos e edifícios com impacto semelhante a loteamentos; que, tinham sido criadas 4 zonas, a saber: a zona 1, que era toda a zona urbana abrangida pelo Plano de Urbanização da Praia de Mira e pelo Plano de Urbanização da Vila de Mira; a zona 2, que eram as áreas urbanas definidas no PDM, correspondentes às sedes das freguesias do Seixo e de Carapelhos; a zona 3, que eram todas as áreas urbanas definidas em PDM, dos restantes lugares do concelho e a zona 4 que era de construções fora de espaços urbanos, tudo isto com um coeficiente que iria afectar a taxa municipal de urbanização naqueles loteamentos. Disse, ainda que, quando houver compensações nas transacções em espécie, também essas zonas se iriam reflectir no valor dos terrenos estando fixado para a zona 1: 25.00 €, na zona 2: 20.00 €, na zona 3: 15.00 € e na zona 4: 10.00 €; que tudo isto não era nada de novo e estava reflectido em quase todos os regulamentos municipais que se conheciam e que tinham sido analisados e que estavam também previstas no regulamento em apreço as diversas taxas que advinham das operações de urbanização. Disponibilizou-se, depois, para dar mais



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

explicações julgadas necessárias ao mesmo tempo que indicou o Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, ali presente, para prestar os devidos esclarecimentos de ordem técnica. -----

----- Abertas as inscrições, registaram-se duas intervenções, uma do sr. deputado Narciso Patrão que questionou o sentido do artigo 5º, não concordando, designadamente com as exigências contidas no nº. 4, uma vez que se tratava de execução de obras de escassa relevância. Do mesmo modo, debruçou-se sobre o artº. 38º., nomeadamente sobre as alíneas a) e b) do nº. 1, no tocante à forma de avaliação dos terrenos a ceder à Câmara, aquando da compensação em espécie proveniente dos loteamentos, uma vez que aquele artigo previa que a comissão de avaliação fosse composta por dois elementos da Câmara e só um elemento do promotor da operação urbanística, sendo as decisões tomadas por maioria absoluta dos votos dos seus elementos, achando ele que, dada a composição da comissão, a maioria seria sempre da Câmara. Outra intervenção verificada foi a do sr. deputado Dr. Juan António que solicitou esclarecimentos relativamente ao prazo legal imposto para acabamento das obras, uma vez que, não raras vezes, havia construções inacabadas que se eternizavam nesse estado, embora isso não fosse, felizmente, prática no concelho de Mira.-----

----- Passada a palavra, novamente, ao sr. Vice-Presidente da Câmara, estou informou, a propósito das questões levantadas pelo sr. deputado Narciso Patrão, que a actual legislação impunha licenciamento para todo o tipo de obras, a menos que, em regulamento municipal, certas obras sejam consideradas de escassa relevância urbanística, sendo obrigatório, em qualquer dos casos, a comunicação à Câmara Municipal para ser feito o devido acompanhamento, evitando-se dessa forma que em vez de uma obra de escassa relevância surja uma outra qualquer de maior importância. Quanto à questão da comissão de avaliação, disse que achava pertinente a pergunta posta mas lembrou que, sendo a comissão composta por três elementos, por razões óbvias, dois elementos deveriam ser da Câmara e lembrou, também, que o regulamento tinha estado há muito tempo em inquérito público. Sobre a pergunta feita pelo deputado Dr. Juan António, disse que, sendo a mesma de ordem técnica, a resposta iria ser dada pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística. Assim, o sr. Engº. Manuel de Melo Cruz, começou por esclarecer que, em função do regime legal vigente, tudo estava sujeito a licenciamento, excepto tudo aquilo que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

estava contido no âmbito do número dois do artigo 5º.. No que respeita ao prazo para acabamento de obras, reportou-se à possibilidade prevista no artº. 88º. do D.L. nº.555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, no sentido da Câmara Municipal conceder uma licença especial para conclusão da construção, desde que se trate de obras de génese legal e não feitas na clandestinidade.-----

----- O deputado sr. Pedro Nunes, questionou se uma simples remodelação de um telhado estava igualmente enquadrada na parte das isenções ou se, pelo contrário, estaria sujeita à apresentação da documentação exigida no nº. 4 do artº. 5º. do Regulamento. O sr. Vice-Presidente, Vereador Nelson Maltez, respondeu que em qualquer situação deve sempre ser feita a comunicação à Câmara Municipal. Disse, ainda, que se a recuperação do telhado for feita com os mesmos materiais, seria suficiente, apenas, a comunicação da obra mas no caso de haver alteração de materiais, teria de ser objecto de análise técnica isto porque se o telhado for em madeira e a cobertura em telha e for feita a substituição pelo mesmo tipo de materiais, à partida, não haveria qualquer problema mas, se os materiais forem substituídos, por exemplo por vigotas de pré-esforçado, tornava-se necessária a intervenção de um técnico da área que assumia a responsabilidade da execução da obra. O sr. Engº. Melo Cruz acrescentou que havia situações quem à primeira vista, pareciam complicações legislativas que, na verdade, não o eram; que, havia muitas situações que, com um pequenino gesto na hora, facilitaria todos os procedimentos à posteriori; que, a questão da isenção estava sempre sujeita à figura da comunicação prévia e esta também incluía as obras que eram feitas no interior dos edifícios, que não estava sujeito a licenciamento mas estava sempre sujeito ao conhecimento da Câmara e sempre que houvesse necessidade de alteração da licença de utilização, todo o processo já estava na Câmara e tudo seria mais facilitado, para além de que, estando o processo na Câmara, esta tinha um prazo para se pronunciar e, não o fazendo, o particular ficava desonerado e não estaria sujeito a qualquer auto ou coima; que, o cumprimento daquilo que estava regulamentado não devia ser entendido como burocracia a mais, antes pelo contrário, servia muitas vezes para defesa dos cidadãos.

----- Não tendo havido mais intervenções, passou-se à votação, tendo o assunto em questão sido **aprovado por unanimidade.**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- **PONTO TRÊS: “Análise, discussão e votação da taxa anual da Contribuição Autárquica a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos, referente ao ano de 2003, para efeitos de cobrança no ano de 2004”.** -----

----- Dada a palavra ao sr. Vice-Presidente, este informou que estava prevista nova legislação sobre a matéria mas, enquanto isso não acontecia, prevalecia a lei vigente, a qual impunha que todos os anos o Executivo Municipal propusesse à Assembleia a aprovação das taxas a aplicar e que a proposta da Câmara ia no sentido da manutenção das taxas que têm vigorado nos anos anteriores, com a ressalva de que, se entretanto sair a legislação que já estava anunciada, o assunto teria que ser, de novo, apresentado à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Não se registaram quaisquer intervenções, pelo que se passou, de imediato, à votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- **PONTO QUATRO: “ Análise, discussão e votação da alteração dos estatutos da Associação de Municípios da Gândara”** -----

----- O sr. Vice-Presidente informou que o assunto tinha sido deliberado na Assembleia Geral da Associação de Municípios da Gândara, a qual tinha reconhecido, face aos problemas financeiros que as câmaras atravessam, a necessidade de diminuir o valor da contribuição obrigatória e também retirar a obrigatoriedade de transferência do respectivo duodécimo até ao dia 20 de cada mês e que a alteração consubstancia a redução de 0,25% das receitas que advém das transferências correntes do Orçamento Geral do Estado para 0,1%, sendo devido em duodécimos ou pela totalidade, conforme for decidido em Assembleia Intermunicipal e, sendo esta uma situação mais favorável para o Município, propunha-se a sua aprovação pelo Órgão Deliberativo.-----

----- Não se tendo registado nenhuma intervenção, seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.**-----

----- **PONTO CINCO: “Eleição do representante das freguesias do concelho de Mira para o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do artº. 5º., do D.L. nº. 7/2003, de 15 de Janeiro, com a alteração introduzida pela Lei nº. 42/2003, de 22 de Agosto”.** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O esclarecimento do assunto foi feito pelo sr. Vereador do pelouro da Educação, Prof. Luis Balseiro que disse que o D.L. nº. 7/2003, de 15 de Janeiro, tinha instituído o Conselho Municipal de Educação, em substituição do Conselho Local de Educação contendo, no artº. 5º. uma listagem das entidades e das pessoas que entram na sua composição; que, entretanto, aquele decreto-lei tinha sofrido uma alteração, pelo D. L. nº. 41/2003, de 22 de Agosto, o qual acrescentava àquela listagem o Presidente de uma Junta em representação das freguesias do concelho; que, o que se propunha era a eleição de um representante das quatro Juntas de Freguesia do Concelho. -----

----- Estando presente apenas um Presidente de Junta, no caso o sr Carlos Milheiro, da Junta de Freguesia da Praia de Mira, o sr. Presidente da Mesa, em exercício, esclareceu que, mesmo assim, a Assembleia poderia sempre eleger pessoas, independentemente de estarem ou não presentes, mediante a proposta de um grupo ou mais de pessoas representantes dos partidos com assento naquela Órgão, pelo que solicitou a apresentação de um nome para ser posto à votação. -----

----- Pelo deputado sr. Pedro Nunes, em representação do PSD, foi indicado o nome do sr. deputado Dr. Luis Rocha, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo que, mesmo não estando presente, tinha dado permissão para a indigitação do seu nome para o referido lugar. -----

----- O deputado Dr. Juan António questionou o único Presidente de Junta presente se estaria, eventualmente, disponível para ser indigitado, tendo o sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira mostrado indisponibilidade para o efeito. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, seguiu-se a votação, mediante escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: Votos a favor: catorze ; votos contra: zero e votos em branco: dois, tendo, por conseguinte, sido eleito o sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, Dr. Luis Manuel Neves Rocha para representante das freguesias do concelho de Mira no Conselho Municipal de Educação. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos da sessão, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia , em exercício, deu por terminados os trabalhos, ao mesmo tempo que solicitou autorização para se proceder à assinatura, em minuta, da acta respectiva, a qual foi concedida por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

-----E, não havendo mais nada a tratar, pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião. -----
